

Auditoria de manejo florestal realizada
por:



Estrada Chico Mendes, 185 – Caixa
Postal 411 Piracicaba, SP, Brasil,
13400.970
Tel: +55 19 3429 0800
www.imaflora.org

Resumo Público de **Auditoria Anual 2018** do Manejo Florestal da:

Suzano Papel e Celulose S.A. - Unidade São Paulo

Data do resumo Público:
26 de julho de 2018
Relatório finalizado:
12 de junho de 2018
Data de auditoria de campo:
16 a 20 de abril de 2018
Equipe de auditoria:
André Silveira Rosa
José Luiz da Silva Maia
Ellen Keyti Cavalheri
Mariana Zaneti
Carolina Bozetti Rodrigues
Coordenador de processo:
Ricardo Camargo Cardoso

Código de certificação:
IMA-MF-0009.
Emissão do certificado:
22 de julho de 2016
Vencimento do certificado:
21 de fevereiro de 2020

Contato do empreendimento:
Pollianne Dionor Schwabe
Endereço do empreendimento:
Rodovia Washington Luis, km
257, S/N - Zona Rural
Ibaté, SP
CEP: 14815-000.
Responsável pelo Manejo
Florestal: Pollianne Dionor
Schwabe
Contato do Responsável pelo
Manejo Florestal:
polliannes@suzano.com.br

CONTEÚDO

SIGLAS E ABREVIATURAS	3
1. INTRODUÇÃO	5
2. MUDANÇAS NA GESTÃO FLORESTAL DO EMF	5
3. PROCESSO DE AUDITORIA	12
3.1. AUDITORES E QUALIFICAÇÕES	12
3.2. CRONOGRAMA DE AUDITORIA DE CAMPO	14
3.3. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DE AUDITORIA	16
4. EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA E RESULTADOS	17
4.1. ANÁLISE DE CONFORMIDADE DA DOCUMENTAÇÃO	17
4.2. TÓPICOS SOBRE PARTES INTERESSADAS	18
4.3. CUMPRIMENTO DE RELATÓRIOS DE NÃO CONFORMIDADES ANTERIORES (NCRs)	22
4.4. SEGUIMENTOS DE NÃO CONFORMIDADES ANTERIORES	22
4.5. DESCRIÇÃO DE NOVAS NÃO CONFORMIDADES ENCONTRADAS (NCRs)	22
4.6. OBSERVAÇÕES	23
4.7. CONCLUSÕES DE AUDITORIA	24
ANEXO I – Escopo do EMF	25
ANEXO II – Lista de partes interessadas consultadas	27
ANEXO III – Conformidade aos padrões de manejo florestal	33

SIGLAS E ABREVIações

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APP	Área de Preservação Permanente
ASO	Atestado de Saúde Ocupacional
BR	Brasil
CAFIR	Cadastro de Imóveis Rurais
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CAT	Comunicação de Acidente de Trabalho
CCIR	Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CEM	Controle de Entrega de Madeira
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CIPATR	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção
COC	Cadeia de custódia (<i>Chain of Custody</i>)
DDS	Diálogo Diário de Segurança
DORT	Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
EACH	Escola de Arte, Ciências e Humanidades
ESALQ	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EPS	Empresa Prestadora de Serviços
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FISPG	Ficha de Informação de Segurança para Produtos Químicos
FM	Manejo Florestal (<i>Forest Management</i>)
FSP	Faculdade de Saúde Pública
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FVG	Fundação Getúlio Vargas
GPLAN	Gerência de Planejamento
GPS	Guia da Previdência Social
GRRF	Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS
IAER	Índice de Avaliação Ecológica Rápida
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IMAFLOA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Imposto Nacional de Seguridade Social
ISO	International Organization for Standardization
IPEF	Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

ITTA	Acordo Internacional sobre Madeiras Tropicais
LER	Lesão por Esforço Repetitivo
NA ou N/A	Não Aplicável
N/M	Não monitorado
NCR	Relatório de Não Conformidade
NIRF	Número do Imóvel na Receita Federal
NR 31	Norma Regulamentadora 31
NTFP	Produtos Florestais Não-Madeireiros (<i>Non Timber Forest Product</i>)
OBS	Observação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ORM	Ordem de Remessa de Madeira
PCCF	Programa Cooperativo em Certificação Florestal
PCMSO	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional
P&C	Princípios e Critérios
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
PROMAB	Programa Cooperativo sobre Monitoramento e Modelagem de Bacias Hidrográficas
RAC	Registro de Auditores Certificados
RH	Recursos Humanos
RL	Reserva Legal
S.A.	Sociedade Anônima
SAP	Denominação comum de um sistema ERP (<i>Enterprise Resource Planning</i>), adotada para Sistemas, Aplicativos e Produtos para Processamento de Dados.
SESMET	Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho
SESTR	Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho Rural.
SINDITRANS	Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário de São Manuel e região.
STRBTU	Sindicato Dos Empregados Rurais de Botucatu
SIF	Sociedade de Investigações Florestais
SIPAT	Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho
SISPART	Sistema de Partes Interessadas
SMA/SP	Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
SP	São Paulo
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SSO	Saúde e Segurança Ocupacional
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UMF	Unidade de Manejo Florestal
UP	Unidade de Produção
USP	Universidade de São Paulo

1. INTRODUÇÃO

O propósito deste processo de auditoria de monitoramento anual foi analisar a manutenção do desempenho ambiental, social e econômico do manejo florestal da Suzano Papel e Celulose S.A. - Unidade São Paulo, de forma a assegurar o atendimento dos requisitos do padrão ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais ao longo do período de validade da certificação. Além deste objetivo principal, esta auditoria visou também:

- Uma análise das ações tomadas para resolver as não conformidades identificadas durante a auditoria anterior;
- O tratamento de eventuais reclamações;
- A verificação da eficácia do sistema de gestão com respeito ao alcance dos objetivos do cliente certificado;
- O progresso de atividades planejadas visando a melhoria contínua;
- O contínuo controle operacional;
- A análise de quaisquer mudanças, e
- O uso de marcas e/ou quaisquer outras referências à certificação.

Este relatório apresenta os resultados dessa auditoria independente conduzida por uma equipe de especialistas representantes do Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola).

A seção 4 deste relatório descreve as evidências e conclusões da auditoria relacionadas ao atendimento às normas da ABNT NBR 14789:2012 e às ações de seguimento solicitadas por meio das não conformidades identificadas.

O Imaflora é um organismo acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (CGCRE) segundo a ISO 17021:2011 como Organismo de Certificação Florestal (OCF). Os serviços de auditoria e certificação do Imaflora, que compreendem planejamento de auditorias, avaliações e decisões de certificação e manutenção de certificação, são de responsabilidade do mesmo, não existindo a subcontratação de nenhuma etapa.

Os relatórios de auditoria do Imaflora incluem informações que se tornarão públicas.

Resolução de conflitos: organizações ou indivíduos com considerações ou comentários sobre o Imaflora e seus serviços são fortemente encorajados a contatar diretamente o Imaflora (qualidade@imaflora.org). Reclamações ou considerações formais devem ser enviadas por escrito.

2. MUDANÇAS NA GESTÃO FLORESTAL DO EMF

A organização retirou algumas áreas do escopo em decorrência de venda da fazenda, término de contrato de arrendamento e de destinação da área para pesquisa.

Não houve inclusão de nenhuma nova fazenda no escopo de certificação nesta auditoria.

As tabelas a seguir descrevem e detalham o uso do solo nas áreas que compõem o atual escopo do certificado:

Áreas excluídas do escopo de certificação

Fazenda	Município	Áreas (ha)				Titulação
		Total	Área de Produção	Remanescentes *	Outras Áreas **	
Alvorada	Paranapanema	78,09	47,29	25,79	5,01	Própria
Antônio Justino	Altinópolis	45,47	35,49	7,09	2,89	Arrendamento
Jaborandi	Altinópolis	430,56	341,24	75,89	13,43	Arrendamento
Morro Pequeno	Corumbataí	28,55	18,32	9,04	1,19	Própria
Santa Clara SA	Itirapina	57,24	41,93	11,44	3,87	Arrendamento
Santa Clara SG	Cajuru	121,09	111,68	0,84	8,57	Arrendamento
Entre Rios	Angatuba	10	10	0	0	Própria
Estrelas	Alambari	4	4	0	0	Própria
São Miguel	São Miguel Arcanjo	10,91	10,91	0	0	Própria
Guarujá	Avaré	4	4	0	0	Própria
TOTAL	—	789,91	624,86	34,96	130,09	—

* Áreas com vegetação natural remanescente já estabelecida, destinada exclusivamente a conservação;

** Áreas em processo de recuperação, áreas degradadas (jazidas, erosões, etc.) e outras áreas destinadas a conservação e que ainda dependem de ações para restauração e/ou recuperação;

*** Outras áreas: estradas, construções, cultivos agrícolas etc.

Áreas atuais no escopo de certificação (2018):

Fazenda	Município	Áreas (ha)				Titulação
		Total	Área de Produção	Remanescentes *	Outras Áreas **	
Abraão Chaves	Paraibuna	73,01	39,26	31,02	2,73	Própria
Alegre	Paraibuna	1220,77	735,80	413,65	71,32	Própria
Antas/Cachoeira/S.Maria	Paraibuna	2951,34	1733,75	1050,18	167,41	Própria
Arco Verde	São Luís do Paraitinga	375,17	219,06	133,40	22,71	Própria
Bandeirantes	Mogi das cruces	121,74	25,22	92,49	4,03	Própria
Cachoeirinha	São Luís do Paraitinga	1639,92	1185,47	352,48	101,97	Própria
Campo Grande	Suzano	1040,98	440,82	428,23	171,93	Própria
Capanhão	Biritiba-mirim	1316,44	237,42	1020,66	58,36	Própria
Casa Verde	Biritiba-mirim	674,09	204,53	432,94	36,62	Própria
Cinco Nascentes	São José dos Campos	257,17	39,16	214,01	4,00	Própria
Dos Remédios	Paraibuna	89,15	33,59	50,70	4,86	Própria
Guará	Lorena	518,26	0,00	518,26	0,00	Própria
Itapanhaú	Biritiba-mirim	1354,19	636,29	597,84	120,06	Própria
Jaguari	São José dos Campos	211,04	129,85	64,09	17,10	Própria

Lavras	São José dos Campos	1210,66	421,57	714,02	75,07	Própria
Marilena	Biritiba-mirim	368,95	200,93	138,97	29,05	Própria
Montes Claros	São José dos Campos	2696,25	841,09	1767,49	87,67	Própria
Nepomuceno	São José dos Campos	45,34	20,81	22,46	2,07	Própria
Nossa Senhora Da Conceição	Salesópolis	523,74	255,03	221,83	46,88	Própria
Pedra Branca	Mogi das Cruzes	1396,75	505,30	769,41	122,04	Própria
Pedra Da Forquilha	Biritiba-mirim	338,73	87,31	232,07	19,35	Própria
Pedro Thiago	Mogi das Cruzes	44,35	17,11	24,07	3,17	Própria
Putim	Santa Branca	512,46	75,51	391,26	45,69	Própria
Ribeirão Do Pote	Salesópolis	134,10	79,59	40,74	13,77	Própria
Ribeirão Grande	Salesópolis	766,06	439,19	283,89	42,98	Própria
Rio Claro	Biritiba-mirim	127,86	62,66	53,77	11,43	Própria
Rio Do Peixe	São José dos Campos	186,41	63,69	115,35	7,37	Própria
São Benedito	Paraibuna	149,96	91,08	51,23	7,65	Própria
São Lourenço	Salesópolis	104,38	52,39	43,34	8,65	Própria
Serra Das Contendas	Salesópolis	443,74	215,17	198,64	29,93	Própria
Sertão Dos Pretos	Biritiba-mirim	73,67	43,30	23,90	6,47	Própria
Theodoro	São Luís do Paraitinga	767,72	421,76	303,19	42,77	Própria
Velha	Biritiba-mirim	128,68	29,76	94,11	4,81	Própria
Vicente	Paraibuna	22,31	6,91	13,90	1,50	Própria
Vista Verde	São Luís do Paraitinga	109,96	61,60	40,00	8,36	Própria
Adelaide	Itapetininga	389,11	188,42	172,27	28,42	Própria
Aliperti	Sarapuí	647,79	537,14	65,41	45,24	Própria
BARRA	Salto de Pirapora	573,26	389,70	156,99	26,57	Própria
Boa Vista II	Capão bonito	410,22	211,88	179,08	19,26	Própria
Boa Vista/Santa Elisa	São Miguel Arcanjo	2563,66	1956,35	454,18	153,13	Própria
Bom Conselho	Sarapuí	893,36	655,95	201,73	35,68	Própria
Brumado	Pilar do Sul	2564,85	1137,29	1272,26	155,30	Própria
Campo Largo	Itapetininga	362,10	210,48	141,84	9,78	Própria
Contínua	Itapetininga	305,61	174,34	118,51	12,76	Própria
Daisy	Campina do Monte Alegre	578,65	307,42	240,05	31,18	Própria
Echaporã	Capão Bonito	801,25	494,25	277,68	29,32	Própria
Eldorado GU	Angatuba	242,38	103,46	128,17	10,75	Própria
Estrelas	Alambari	1991,34	1583,11	305,78	102,45	Própria
Estrelas	Itapetininga	72,56	0,00	67,52	5,04	Própria
Guapanema	Capão Bonito	1167,85	685,96	390,62	91,27	Própria
Guararema	São Miguel Arcanjo	87,92	69,60	14,84	3,48	Própria

Início	Itapetininga	370,08	193,03	158,91	18,14	Própria
Issamu Tanabe	Pilar do Sul	146,74	112,63	25,94	8,17	Própria
Jutaro	Pilar do Sul	295,27	211,30	65,62	18,35	Própria
Lavrinhas	Pilar do Sul	96,29	76,32	12,24	7,73	Própria
Massayoshi Tanabe	Pilar do Sul	110,12	71,12	21,78	17,22	Própria
Nossa Senhora De Lourdes	Itapetininga	493,17	299,36	171,97	21,84	Própria
Paineiras	São Miguel Arcanjo	1010,17	792,85	160,69	56,63	Própria
Paineiras	Pilar do Sul	2,39	0,00	2,22	0,17	Própria
Pau Dalho	Itapetininga	218,11	104,62	84,03	29,46	Própria
Pilar/Pombal	Pilar do Sul	1074,47	703,69	267,30	103,48	Própria
Santa Rita	Itapetininga	757,11	484,46	213,71	58,94	Própria
Santa Rita	Paranapanema	1448,40	1390,46	16,57	41,37	Parceria
Santa Rosa	São Miguel Arcanjo	1773,89	1247,20	420,19	106,50	Própria
Santa Rosa	Limeira	2,98	0,00	2,98	0,00	Própria
Santa Rosa II	Limeira	0,51	0,00	0,51	0,00	Própria
Santo Antônio Das Corujas	Angatuba	578,44	348,27	202,77	27,40	Própria
São Bento	Itapetininga	659,18	461,23	161,51	36,44	Própria
São Domingos	Sarapuí	197,19	127,93	62,54	6,72	Própria
São Francisco	Capão Bonito	189,28	96,21	83,85	9,22	Própria
São João	Angatuba	10,89	0,00	9,55	1,34	Própria
São José	Sarapuí	40,61	0,00	36,02	4,59	Própria
São Judas Tadeu	Capão Bonito	15,21	0,00	13,60	1,61	Própria
São Miguel	São Miguel Arcanjo	1176,97	779,97	288,27	108,73	Própria
São Rafael	Buri	875,45	408,20	435,26	31,99	Própria
São Roque I	São Miguel Arcanjo	1218,61	897,26	242,16	79,19	Própria
São Roque II	São Miguel Arcanjo	180,46	97,10	72,80	10,56	Própria
Sequência	Itapetininga	455,99	239,17	184,15	32,67	Própria
Siomi	São Miguel Arcanjo	508,98	374,22	113,64	21,12	Própria
Sítio Floresta	Pilar do Sul	198,11	112,31	74,98	10,82	Própria
Toledo	Pilar do Sul	319,83	131,02	173,68	15,13	Própria
Três Poderes	São Miguel Arcanjo	895,35	628,72	215,46	51,17	Própria
Vitória	Pilar do Sul	6043,31	1642,82	4166,80	233,69	Própria
Ariona	Itatinga	3839,80	2900,06	836,90	102,84	Própria
Avaré	Itatinga	168,07	141,04	17,55	9,48	Própria
Barão De Santa Branca	Guareí	1590,25	925,23	600,64	64,38	Própria
Beira Rio	Avaré	323,33	196,26	119,07	8,00	Própria
Capuavinha	Angatuba	94,21	57,46	31,56	5,19	Própria

Cedro	Avaré	211,48	191,25	16,18	4,05	Própria
Cerejeira	Avaré	120,76	111,14	6,32	3,30	Própria
Cerrado	Bofete	880,04	549,47	273,64	56,93	Própria
Entre Rios	Angatuba	7183,38	4868,73	2043,02	271,63	Própria
Entre Rios	Itatinga	1361,55	933,59	364,72	63,24	Própria
Escaramuça II	Avaré	44,76	14,84	27,32	2,60	Parceria
Estância Boa Fé	Angatuba	6,37	0,00	5,67	0,70	Própria
Estância São Judas Tadeu	Avaré	82,31	70,32	9,95	2,04	Própria
Guarujá	Avaré	2161,11	1848,19	250,93	61,99	Própria
Guarujá II	Avaré	7,61	0,00	5,47	2,14	Própria
Guarujá III	Avaré	9,32	0,00	6,98	2,34	Própria
Guarujá IV	Avaré	94,18	86,83	5,70	1,65	Própria
Guarujá V	Avaré	223,18	193,71	24,70	4,77	Própria
Horto Cavalinho	Angatuba	159,50	103,96	50,29	5,25	Própria
Horto Fertiplan	Angatuba	274,17	245,21	19,27	9,69	Própria
HORTO ITATINGA	Itatinga	626,58	616,09	1,71	8,78	Arrendamento
Limeira I	Avaré	925,48	649,36	252,51	23,61	Própria
Limeira II	Avaré	48,80	41,39	5,76	1,65	Própria
Morrinhos	Itatinga	1331,64	726,03	519,73	85,88	Própria
Ouro Branco	Avaré	383,83	310,68	37,34	35,81	Própria
Palmeiras (1o Contrato)	Avaré	494,20	434,73	41,72	17,75	Parceria
Palmeiras (Participação)	Avaré	1384,73	644,21	694,95	45,57	Parceria
Palmital	Avaré	406,85	356,44	41,69	8,72	Própria
Palmital	Itatinga	196,91	157,12	35,51	4,28	Própria
Pulador	Pardinho	334,09	267,49	42,08	24,52	Própria
Quebra Pote (1o Contrato)	Cerqueira César	298,92	235,26	31,94	31,72	Parceria
Quebra Pote (2o Contrato)	Cerqueira César	102,20	32,46	66,68	3,06	Parceria
Regina I	Itatinga	757,97	446,37	289,77	21,83	Própria
Santa Terezinha	Angatuba	507,20	369,65	125,23	12,32	Própria
Santo Antônio GU	Avaré	406,99	380,81	18,41	7,77	Parceria
Santo Inácio	Angatuba	877,70	555,01	301,46	21,23	Própria
São Cristovão Do Lageado	Itatinga	1313,68	831,92	429,91	51,85	Própria
São Dimas	Avaré	107,55	88,35	13,52	5,68	Arrendamento
São José Das Escaramuças	Avaré	206,73	174,25	24,98	7,50	Própria
Tamanduá	Itatinga	382,41	245,72	127,28	9,41	Própria
Tijuco Preto	Angatuba	64,81	62,79	0,01	2,01	Própria
Três Lagoas	Angatuba	3242,00	2203,58	946,74	91,68	Parceria
Tronco Do Alto	Cerqueira César	925,75	556,06	245,73	123,96	Arrendamento

Ibiti	Itararé	10993,31	6963,15	3670,99	359,17	Própria
Santa Isabel Do Capão Alto	Itararé	5950,08	3306,08	2363,18	280,82	Própria
Santana	Itararé	6588,90	4337,09	1968,42	283,39	Própria
Taquari	Ribeirão Branco	502,47	110,27	382,89	9,31	Própria
Califórnia	Botucatu	421,81	147,85	264,06	9,90	Própria
Carangola	Anhembi	557,69	398,47	141,50	17,72	Própria
Coco Doce	Avai	1760,76	1091,59	632,91	36,26	Própria
Corte	Agudos	44,21	19,08	24,00	1,13	Própria
Descalvado	Anhembi	801,63	627,97	136,77	36,89	Própria
Embaúba	Botucatu	768,39	548,17	199,97	20,25	Própria
Espadilha	Paulistânia	675,58	298,10	360,60	16,88	Própria
Estrela	Iaras	406,44	248,90	145,86	11,68	Arrendamento
Globo I_II	Agudos	2756,83	1942,99	741,29	72,55	Própria
Ideal	Iaras	1031,20	835,32	167,24	28,64	Própria
Indaiá	Botucatu	689,50	470,50	192,61	26,39	Arrendamento
Jamaica	Agudos	247,06	150,10	85,63	11,33	Parceria
Maria Cristina	Borebi	140,09	113,03	22,43	4,63	Própria
Nossa Senhora Aparecida	Paulistânia	47,00	35,88	7,51	3,61	Própria
Nossa Senhora Da Penha	Lençóis Paulista	2446,12	2126,66	249,68	69,78	Própria
Novo Estilo	Paulistânia	877,38	592,00	250,73	34,65	Própria
Paccola	Lençóis Paulista	122,52	38,65	73,41	10,46	Própria
Querência	Agudos	1176,53	998,19	153,89	24,45	Própria
Quinhão B1	Piracicaba	83,22	0,00	80,05	3,17	Própria
Quinhão B2 Gleba A	Anhembi	116,64	81,07	34,06	1,51	Própria
Quinhão B2 Gleba B	Anhembi	0,95	0,00	0,00	0,95	Própria
Retiro	Agudos	907,10	678,41	209,21	19,48	Própria
Ribeirão Descalvado	Anhembi	148,11	133,43	10,47	4,21	Própria
Ribeirão Pinga	Anhembi	67,06	50,93	15,44	0,69	Própria
Ribeirão Pinga	Piracicaba	426,97	406,62	10,27	10,08	Própria
Rio Bonito	Bofete	348,99	183,20	156,06	9,73	Própria
Rio Bonito	Porangaba	136,86	50,90	76,17	9,79	Própria
Santa Ângela I	Botucatu	369,99	354,56	5,60	9,83	Própria
Santa Ângela II	Botucatu	28,15	0,00	26,82	1,33	Própria
Santa Isabel	Anhembi	377,67	259,34	94,21	24,12	Própria
Santo Alberto	Borebi	203,78	158,01	39,54	6,23	Parceria
São Domingos	Agudos	104,30	63,27	37,87	3,16	Própria
São João Do Bom Retiro	Botucatu	1046,65	606,26	391,92	48,47	Própria
São José Do Pinga	Piracicaba	57,23	47,19	7,83	2,21	Própria

São Sebastião	Botucatu	242,89	148,62	67,76	26,51	Própria
Sítio Alvorada	Borebi	204,73	150,56	47,85	6,32	Própria
Três Pinheiros	Anhembí	790,22	529,01	238,56	22,65	Própria
Turvo I	Iaras	482,70	403,16	62,32	17,22	Própria
Turvo II	Iaras	216,08	171,23	36,15	8,70	Própria
Turvo III (Lex)	Borebi	732,65	543,25	157,15	32,25	Própria
Vale Verde	Anhembí	162,41	103,87	51,49	7,05	Própria
Vale Verde	São Miguel Arcanjo	300,98	0,00	300,98	0,00	Própria
BOA VISTA - RUY	Itirapina	59,96	58,67	0,28	1,01	Arrendamento
Boa Vista (Renato E Ruy)	Itirapina	171,47	163,90	0,38	7,19	Parceria
Bom Retiro	Araraquara	1203,62	960,12	213,62	29,88	Própria
Campos Do Sucuri	São Simão	1455,61	1268,80	159,26	27,55	Própria
Dois Irmãos	Boa Esperança do Sul	939,11	677,83	213,65	47,63	Própria
FAVEIRAL	São Simão	7,08	0,00	6,94	0,14	Própria
Flecha Azul I Quinhão 9	Boa Esperança do Sul	2142,31	1885,27	186,78	70,26	Própria
Flecha Azul II Flechinha	Boa Esperança do Sul	335,70	214,95	86,80	33,95	Própria
Flecha Azul III E IV	Boa Esperança do Sul	1747,61	1352,44	343,73	51,44	Própria
Flecha Azul Quinhão 7	Boa Esperança do Sul	326,47	267,59	51,56	7,32	Própria
Flecha Azul Quinhão 8	Boa Esperança do Sul	204,16	143,11	48,20	12,85	Própria
FLOR DO IPE	São Simão	15,60	0,00	14,25	1,35	Própria
Forquilha	Boa Esperança do Sul	214,81	63,56	146,05	5,20	Própria
Fortaleza	Araraquara	4366,71	3282,08	911,61	173,02	Própria
Goiabal	Brotas	468,09	361,42	91,53	15,14	Própria
Invernada Santa Fé	Bocaina	509,20	349,85	149,12	10,23	Própria
Lageado	Limeira	104,21	42,97	59,15	2,09	Própria
Lageado II	Limeira	10,27	0,00	1,44	8,83	Própria
Lageado III	Limeira	9,63	0,00	8,34	1,29	Própria
Lagoa Rica	Altinópolis	2742,90	1656,71	973,27	112,92	Parceria
Manacás	Itirapina	90,14	84,44	1,76	3,94	Arrendamento
Monjolinho	Itirapina	596,84	220,27	360,63	15,94	Própria
Morro Do Forno 123	Altinópolis	1206,23	637,79	516,06	52,38	Própria
Morro Grande	Corumbataí	131,33	88,42	40,59	2,32	Própria
Palmeira Ou Q4	Itirapina	77,12	66,90	6,03	4,19	Parceria
Passa Cinco Barreiro II	Itirapina	34,10	30,33	0,00	3,77	Arrendamento
Perobal (2o Contrato)	Itirapina	134,60	83,25	39,63	11,72	Arrendamento
RIC	Limeira	6,74	0,00	5,57	1,17	Própria
Saligna	Brotas	998,03	816,99	165,33	15,71	Própria

Santa Elza	Analândia	179,95	138,66	35,84	5,45	Parceria
Santa Genoveva	São Simão	992,44	540,60	405,32	46,52	Própria
Santa Maria - Gleba A	Gavião Peixoto	131,38	114,64	13,43	3,31	Parceria
Santa Maria Do Curralinho	Bocaina	472,57	462,66	0,02	9,89	Própria
Santa Rita das Águas Claras	São Simão	385,61	311,92	20,83	52,86	Própria
Santo Ângelo	Brotas	1221,79	510,60	665,75	45,44	Parceria
Santo Antônio	Boa Esperança do Sul	72,58	70,70	0,00	1,88	Própria
São João Da Lapa II	Itirapina	143,59	133,20	4,00	6,39	Parceria
Sapoti	Brotas	1588,21	1369,04	179,70	39,47	Própria
Serrinha	Analândia	123,06	54,37	61,63	7,06	Arrendamento
Sinimbú	Itirapina	989,40	771,32	187,82	30,26	Própria
Siriema	Itirapina	2193,00	1575,46	578,40	39,14	Própria
Soberano	Boa Esperança do Sul	1143,49	930,61	163,95	48,93	Própria
Toca (1o Contrato)	Itirapina	303,36	279,16	9,44	14,76	Arrendamento
Toca (2o Contrato)	Itirapina	62,75	60,07	0,19	2,49	Arrendamento
TOTAL	—	168.047,89	106.835,46	53.824,00	7.388,43	—

* Áreas com vegetação natural remanescente já estabelecida, destinada exclusivamente a conservação;

** Áreas em processo de recuperação, áreas degradadas (jazidas, erosões, etc.) e outras áreas destinadas a conservação e que ainda dependem de ações para restauração e/ou recuperação;

*** Outras áreas: estradas, construções, cultivos agrícolas etc.

3. PROCESSO DE AUDITORIA

3.1. Auditores e qualificações

a) Análise de conformidade da documentação

Nome do auditor	Ricardo Camargo Cardoso.	Atribuições do auditor	Auditor líder no processo de análise de conformidade da documentação.
Qualificações	Engenheiro florestal com mais de quinze anos de experiência em empresas de base florestal (plantações) e certificação florestal e ambiental, Advogado e membro do Imaflora, representante do Programa Rainforest Alliance de Certificação Florestal, coordenador de certificação FSC para manejo florestal de plantações. Participação em mais de cinquenta processos de certificação florestal em empresas de plantações florestais. Auditor líder no sistema FSC. Instrutor de cursos de Formação de Auditores FSC, promovidos pelo Imaflora/Rainforest Alliance, possui formação adicional em cursos sobre ISO 19011, ISO 14001 (Auditor Líder) e CERFLOR (Formação de Auditores).		

b) Auditoria de campo

3.1.

Nome do auditor	André Silveira Rosa.	Atribuições do	Auditor líder; aspectos
-----------------	----------------------	----------------	-------------------------

		auditor	operacionais e ambientais.
Qualificações	Engenheiro florestal com experiência em empresas de base florestal (plantações), mestre em Engenharia Ambiental, consultor do Imaflora/ Rainforest Alliance em avaliações e auditorias de certificação. Possui formação adicional em curso sobre ISO 19.011 (auditor Líder), cursos de atualização para auditores e formação de líderes FSC pelo Imaflora/ Rainforest Alliance e Treinamento de Formação de Auditores e Equipe Interna Manejo Florestal Sustentável – CERFLOR.		
Nome do auditor	José Luiz da Silva Maia.	Atribuições do auditor	Aspectos operacionais e ambientais.
Qualificações	Engenheiro Florestal (ESALQ/USP), Engenheiro de Segurança do Trabalho (UNESP/Bauru) e Especialista em Gestão Ambiental (FSP-FAU/USP). Atua há mais de 36 anos na gestão socioambiental de empresas florestais, com projetos em pesquisa, desenvolvimento, inovação e operacionalização para: conservação da biodiversidade; conservação de recursos naturais; recuperação de áreas degradadas; prevenção e combate a incêndios florestais; manejo integrado de pragas e doenças florestais; certificações FSC, ISO 14001 e OHSAS 18001; relações comunitárias; comunicação e educação ambiental; assistência técnica em questões jurídicas na área de formação profissional. No âmbito de empresas florestais, coordenou projetos de pesquisa e desenvolvimento em cooperação com universidades e institutos de pesquisas. Ocupou as funções de gerência operacional na CAFMA/Freudenberg e gerência corporativa na Duratex, nas áreas de proteção florestal, gestão socioambiental e sustentabilidade. Representou empresas em fóruns e instituições do setor florestal, entre elas no FSC Brasil, FSC Internacional, FUNCEMA, FLORESTAR, IBÁ e FIESP/CIESP. Contribuiu na criação e atividades de programas cooperativos do IPEF voltados à proteção florestal contra pragas e doenças (PC-MIF e PROTEF) e certificação florestal (PCCF). Qualificação como auditor nos sistemas FSC e CERFLOR pelo Imaflora e auditor líder ISO 14001:2015 com registro no RAC.		
Nome do auditor	Ellen Keyti Cavalheri.	Atribuições do auditor	Aspectos operacionais e ambientais.
Qualificações	Coordenadora de certificação florestal do Imaflora/Rainforest Alliance. Licenciada em Ciências Agrárias e Engenheira Florestal formada pela ESALQ/USP, representante da Rainforest Alliance em avaliações e auditorias de certificação. Possui treinamento em cursos de formação e atualização para auditores promovidos pelo Imaflora/Rainforest Alliance e formação de auditora líder de sistemas de gestão para o processo de certificação ISO 14.001.		
Nome do auditor	Mariana Zaneti.	Atribuições do auditor	Aspectos sociais.
Qualificações	Cientista Social, com ênfase em Antropologia, formada pela UFSCar e especialização em Responsabilidade Socioambiental pela FGV. Mestranda em Sustentabilidade pela EACH-USP. Experiência nas áreas de Responsabilidade Social Corporativa e Gestão Socioambiental em empresas florestais dos setores de papel, celulose e madeira (plantações e manejo de nativas). Atuação em projetos de avaliação de riscos,		

	impactos socioambientais e estudos socioeconômicos. Possui treinamento como auditora social e certificação FSC pelo Imaflora e IPEF/IDGES e formação adicional em curso de ISO 14001:2015 (auditor líder).		
Nome do auditor	Carolina Bozetti Rodrigues.	Atribuições do auditor	Trainee. Acompanhamento geral do processo, aporte técnico à equipe.
Qualificações	Possui graduação em Engenharia Florestal e Licenciatura em Ciências Agrárias pela Universidade de São Paulo (USP/ESALQ) (2003), mestrado (2007) e doutorado (2017) em Recursos Florestais também pela Universidade de São Paulo (USP/ESALQ). Atua, desde 2003, em projetos na área de hidrologia florestal e gestão de recursos hídricos com ênfase nos efeitos do manejo florestal sobre a quantidade e a qualidade de água; nas relações floresta e água; e no monitoramento de microbacias.		

3.2. Cronograma de auditoria de campo

Data	Localização / sítios principais	Principais atividades
16/04/2018	<ul style="list-style-type: none"> - Escritório (Itapetininga - SP) - Fazenda Fortaleza (Araraquara - SP) - Fazenda Santa Rosa (São Miguel Arcanjo – SP) 	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião de abertura. - Definição e planejamento da logística de campo. - Deslocamento para Botucatu - SP. - Aplicação de herbicida, mecanizado. - Combate à formiga. - Remanescente de vegetação nativa. - Estradas. - Retirada de exóticas em áreas de conservação. - Áreas de vivência das operações visitadas. - Aplicação de herbicida. - Estradas. - Área de vivência. - Transporte colaboradores.
17/04/2018	<ul style="list-style-type: none"> - Fazenda Santa Genoveva (São Simão - SP) - Fazenda Guarujá (Avaré - SP) 	<ul style="list-style-type: none"> - Contato com reclamante e averiguação de impactos ambientais por ele apontados. - Conservação e manutenção de estradas - Regeneração natural e plantio de espécies nativas em áreas de restauração. - Aspectos de cursos de água (assoreamento). - Atividade de Aplicação de herbicida manual. - Carregamento Cliente.

	<ul style="list-style-type: none"> - Fazenda Regina (Itatinga - SP) - Fazenda Cerrado (Bofete – SP) - Sindicato de Trabalhadores em Transporte Rodoviário (São Manuel - SP) - Assentamento Moraci (Agudos - SP) - Fazenda Ibiti (Itararé – SP) 	<ul style="list-style-type: none"> - Condições de estradas e obras de arte. - Condições dos remanescentes naturais. - Atividades na malha viária. - Readequação de áreas de empréstimos de materiais para estradas. - Atividade de Plantio. - Condições de estradas e obras de arte. - Condições dos remanescentes naturais. - Atividade de Carregamento de madeira. - Condições de estradas e obras de arte. - Condições dos remanescentes naturais. - Consulta a partes diretamente afetadas. - Consulta as partes diretamente afetadas. - Colheita manual cliente. - Colheita mecanizada própria. - Oficina. - Áreas de vivência. - Carregamento. - Condições de estradas e obras de arte - Condições dos remanescentes naturais.
18/04/2018	<ul style="list-style-type: none"> - Fazenda Currealinho (Bocaina - SP) - Fazenda Três Pinheiros (Anhembi - SP) - Bairro Baronesa (Bofete - SP) - Sindicato dos 	<ul style="list-style-type: none"> - Baldeio de madeira colhida. - Carregamento e transporte da madeira. - Aspectos em campo para a cadeia de custódia. - Áreas de vivência. - Atividade de Aplicação de herbicida manual e mecanizada. - Condições de estradas e obras de arte. - Condições dos remanescentes naturais. - Consulta as partes diretamente afetadas. - Consulta as partes diretamente afetadas.

	<p>Empregados Rurais (Botucatu - SP) - Fazenda Santa Eliza (São Miguel Arcanjo – SP)</p> <p>- Fazenda Boa Vista II (São Miguel Arcanjo – SP)</p>	<p>- Depósito de produtos químicos e armazenamento de Lixo Classe 1.</p> <p>- Carregamento (baldeio). - Condições de estradas e obras de arte. - Condições dos remanescentes naturais. - Oficina. - Áreas de vivência.</p>
19/04/2018	- Escritório Florestal (Itapetininga - SP)	- Entrevista com gestores da Organização. - Análise Documental.
20/04/2018	- Escritório Florestal (Itapetininga - SP)	- Reunião de consolidação da equipe de auditores. - Reunião de encerramento.
<p>Número total de pessoas-dia utilizadas na auditoria: 48. = número de auditores participando 04 multiplicado pela média de número de dias gastos na preparação, visita de campo, e acompanhamento pós-visita, incluindo consultas com partes interessadas 12.</p>		

3.3. Descrição das etapas de auditoria

3.3.1. Análise de conformidade da documentação

Tem por objetivo realizar a análise da conformidade da documentação anteriormente enviada, em particular quanto a sua disponibilidade, organização e recuperação.

3.3.2. Auditoria de campo

A auditoria de campo é realizada nas dependências do empreendimento para analisar a manutenção do desempenho ambiental, social e econômico do manejo florestal do empreendimento de forma a assegurar o atendimento dos requisitos do padrão ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais ao longo do período de validade da certificação.

Durante a fase de avaliação de campo a equipe cumpriu as seguintes etapas:

- Análise de documentos do EMF – a documentação foi analisada para a obtenção de uma base de informações sobre o histórico recente, as atividades, o processo produtivo e detalhes sobre questões ambientais e sociais da operação florestal.

- Seleção de locais – juntamente com os responsáveis pelo manejo florestal a equipe revisou a documentação enviada pela empresa e, de posse dos mapas e das informações sobre as frentes de trabalho, selecionou os sítios a serem visitados. Priorizou-se a avaliação dos sítios com frentes de trabalho, buscando-se a amostragem de diferentes prestadores de serviços, situações topográficas e operações, amostrando-se adicionalmente outros aspectos como áreas de conservação e pesquisa, eventuais denúncias e documentação em escritório. A composição

da amostragem e a decisão de visitas da equipe nas diferentes áreas considerou a distribuição regional das unidades de manejo.

- Consolidação parcial de equipe – no final de cada dia de trabalho foram efetuadas reuniões de equipe, presenciais ou por telefone, para análise dos dados observados, revisão de documentação (procedimentos de manejo florestal, políticas, plano de manejo etc.) e definição das atividades do dia seguinte.

- Discussão interna e apresentação preliminar dos resultados – após reunião da equipe para consolidação das principais constatações da avaliação, foi apresentado à direção da empresa um resumo dos pontos positivos e negativos observados, incluídos no relatório de avaliação.

3.3.3. Processo de consulta a partes interessadas

Durante a auditoria de monitoramento anual são conduzidas entrevistas com trabalhadores florestais e outras partes interessadas objetivando:

- Assegurar que o público esteja consciente e informado sobre o processo de avaliação de certificação e seus objetivos;
- Auxiliar a equipe de avaliação na identificação de tópicos potenciais; e
- Fornecer diferentes oportunidades ao público para discussão e participação no processo de levantamento de evidências.

3.3.4. Tratamento de não conformidades anteriores e identificação de novas não conformidades

Durante a semana de auditoria foram levantadas evidências para verificar as ações corretivas e preventivas implementadas para o atendimento de não conformidades aplicadas durante processos anteriores.

Caso sejam identificadas novas não conformidades durante esta auditoria, o empreendimento deverá definir e implementar ações corretivas e preventivas para seu atendimento, dentro dos prazos especificados.

3.3.5. Comissão de certificação

Este relatório de auditoria de monitoramento anual passará pela avaliação da comissão de certificação para validação da decisão de manutenção ou não do certificado do empreendimento, tomada pela equipe do Imaflora.

4. EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA E RESULTADOS

4.1. Análise de conformidade da documentação

Foram analisados os seguintes documentos disponibilizados pelo empreendimento certificado:

- Plano de Manejo 2017
- Resumo Público do Plano de Manejo 2017
- Procedimentos operacionais
- Documentação sobre AVCs

- Cadastro Florestal Corporativo (PPG.03.00044, revisão 1.0, de 24/05/2016)
- Cadeia de Custódia FSC e CERFLOR
- *Check list* ambiental
- Lista de contatos
- Matriz de Impactos Sociais
- Monitoramentos legais, trabalhistas e de segurança e saúde ocupacional
- Programa de Gerenciamento de Resíduos
- Projetos de educação, alfabetização e saúde
- Registros de Queixas
- Lista de contatos.
- Monitoramentos legais, trabalhistas e de segurança e saúde ocupacional.
- Projetos Sociais (apresentações, relatórios, fotos)
- Registros de Ocorrências (demandas, queixas, conflitos fundiários).
- Documentos de Saúde e Segurança do Trabalho (PPRA, PCMSO, ASO, Treinamentos)
- Documentos cumprimento legal trabalhista (holerites, acordos e convenções coletivas, folha de ponto, etc.)
- Documentos de avaliação de impactos sociais (apresentações, relatórios, Matriz de Impactos Sociais, fotos, etc.)
- Monitoramento Fauna e Flora
- Monitoramento hídrico
- Monitoramentos de impactos ambientais
- Ocorrências Ambientais
- Plano de proteção conservação e monitoramento das aavc ambientais - unf sp_v6
- PPG.01.00099_Gerenciamento de resíduos
- PPG.01.00104_Prevenção de incêndios
- PPG.08.00020_Execução e manutenção de obras viárias
- Relatório Consumo Agrotóxico 2017_2018
- Relatório Consumo Adubos 2017
- GETEF Pacote Tecnológico 2017 v05 29 Jan 2017
- Contrato SP4 equipe controle biológico
- Listagem de áreas Certificadas adquiridas a partir de 2009
- Manual de treinamento – silvicultura – aplicação de herbicida com pulverizador costal manual
- Manual de treinamento – silvicultura – aplicação de herbicida mecanizado

Aspectos de disponibilidade, organização e recuperação dos documentos examinados foram considerados adequados pelo auditor.

Com fundamento no exame efetuado, concluiu-se pela conformidade da documentação examinada.

4.2. Tópicos sobre partes interessadas

Durante o processo de consulta às partes interessadas, a equipe de auditoria recebeu comentários de trabalhadores e partes interessadas externas. Foram resumidos a seguir os principais itens identificados pela equipe de avaliação, descrevendo-se os encaminhamentos e eventuais resultados definidos pela equipe de auditoria.

Comentário: Degradação de APPs

O reclamante encaminhou vídeos denunciando situações de erosões de estradas e assoreamentos em áreas remanescentes da vegetação nativa na Fazenda Santa Genoveva, município de São Simão/SP.

Resposta Imaflora:

No planejamento das atividades da auditoria, anteriormente à presença da equipe auditora na região da UMF, o reclamante foi contatado e com ele foi agendada uma visita em campo para o dia 17/04/2018, às 10h00, na semana de auditoria, tendo como ponto de encontro a estação rodoviária da cidade de São Simão, local público e de fácil acesso. Essa visita em campo não teria a participação de representante da organização. No dia 16/04/2018, o auditor fez contato com o reclamante para confirmação do encontro para a visita no dia seguinte, quando o reclamante não se prontificou a comparecer ao local do encontro conforme previamente acordado. Diante desse posicionamento, o auditor esclareceu ao reclamante que estaria no dia, hora e local combinado e, na ausência do reclamante, às 10h15' prosseguiria na auditoria de campo. O auditor esclareceu que, não contando com o reclamante para chegar aos locais da denúncia, buscaria um guia da organização para localizar e acessar os locais indicados nos vídeos recebidos do reclamante. O reclamante comunicou ao auditor, via mensagem pelo WhatsApp, que se não recebesse a importância em dinheiro por ele solicitada, não iria comparecer à visita em campo previamente agendada. Na sequência, o reclamante argumentou que entendia o acompanhamento na visita de campo como um trabalho e que não se considerava empregado da certificadora e da organização. Os vídeos colocados em mídia social pelo reclamante abrangem o período de 17/01/2018 a 02/04/2018.

A visita de campo, no dia 17/04/2018, foi realizada pelo auditor, com o acompanhamento de um técnico da organização que, anteriormente, havia recebido o reclamante no local em função de demanda de outra natureza e já esclarecida. Nessa visita em campo foi constatado que foram realizados serviços inadequados de manutenção de estradas, com impactos sobre áreas de cultivo do eucalipto revertidas para áreas de conservação. O impacto observado foi decorrente da construção de desvios de águas das chuvas das estradas com a construção de valetas utilizando a lâmina de nivelamento do solo da motoniveladora. Nas faixas de desvio de água das chuvas, em áreas destinadas à conservação e APPs, houve remoção da vegetação de gramínea exótica (braquiária), plantas nativas do processo de regeneração natural em curso e, provavelmente, de espécies arbóreas nativas plantadas pela organização. A área afetada integra um TAC.

Durante a visita em campo e, posteriormente em reunião com a equipe da organização e documentos apresentados (Pasta DENUNCIA estrada_danos, arquivo: E-mail encaminhamento interno) foi apurado:

- Os vídeos assistidos pelo auditor, até a auditoria, foram produzidos entre 17/01/2018 e 02/04/2018, registram impactos em serviço de manutenção de estradas e outros aspectos. Em um dos vídeos o reclamante registra que a organização esteve no local mitigando impactos apontados na conservação de estradas. As falas do reclamante, registradas nos vídeos, levam à dedução de que ele desconhecia parte dos fatos relativos à denúncia investigada e a seguir registrados.
- Em 21/02/2018, técnico da organização vistoriou o local na Fazenda Santa Genoveva, constatando os danos ambientais na manutenção da estrada,

apurando com os vizinhos que máquinas da prefeitura estiveram no local, dias antes, arrumando a estrada a pedido dos moradores.

- Em 22/03/2018, técnico da organização encaminha, internamente, documento com resumo e fotos dos pontos afetados pelas obras da prefeitura.
- Em 23/03/2018, é comunicado, internamente, que a reunião realizada com o prefeito Marcos Daniel Bonagamba, de São Simão, fora produtiva, ficando agendada a realização de serviços para mitigação dos impactos para o dia 27/03/2018.
- Em 26/03/2018, a diretora de relações e gestão legal da organização encaminha mensagem interna esclarecendo sobre: a) o período de 26/03/2018 a 30/03/2018 estava reservado para as obras de mitigação a serem feitas pela prefeitura; b) que foi solicitado ao prefeito que a prefeitura comunicasse a organização, antecipadamente, a realização de qualquer obra de melhorias nas estradas no entorno das fazendas da organização; c) sugestão da organização apresentada ao prefeito para realização de curso de manutenção de estradas, como já realizados pela organização em outros municípios, com o intuito de evitar futuros impactos, sendo que essa proposta, no período da auditoria, encontrava-se sob negociação.

Pelo exposto, conclui-se que: a) a organização não foi responsável pelos impactos apontados na denúncia do reclamante; b) os impactos foram produzidos por funcionários da prefeitura de São Simão; c) a organização vistoriou o local e solicitou providências à prefeitura de São Simão, providências estas que consistiram em medidas de mitigação efetuadas; d) a organização permanece em contato com a prefeitura, aguardando retorno à sua proposta de realizar um curso para manutenção de estradas para os funcionários a serviço da prefeitura.

Considerando os fatos, os documentos e os depoimentos colhidos durante a auditoria, a equipe auditora constatou que a organização mantém canais de diálogo com as comunidades, pessoas e grupos diretamente afetados por sua operação (Pasta: DENUNCIA estradas_danos). No entanto, embora o canal de diálogo tenha se mostrado adequado para a complexidade da maioria das comunidades amostradas, observou-se que neste caso específico, da comunidade estabelecida nos limites da propriedade e da linha férrea que passa pela Fazenda Santa Genoveva, que a ferramenta não garante a efetiva comunicação e engajamento com a comunidade para garantir a prevenção de riscos ao manejo florestal. Em função desses aspectos, foi aplicada uma observação. OBS # 03/18.

Comentário: danos potenciais a trabalhadores devido à paralização em andamento da EPS de transporte de carga Marquesim.

Resposta Imaflora:

Foram conduzidas entrevistas com representantes do sindicato dos trabalhadores e com gestores da organização. Em diálogo com representantes dos trabalhadores foi informado que os trabalhadores estão parados há aproximadamente 15 dias desde a paralisação da prestação de serviço por parte da EPS de transporte de carga. Não foi informado aos trabalhadores se eles manterão suas atividades em outra frente de trabalho ou se serão desligados. A preocupação dos trabalhadores e de seu representante legal é a possibilidade de configurar abandono dos serviços após 30 dias de afastamento, assim como a quitação do pagamento das

verbas rescisórias. O sindicato reclama da falta de diálogo com a organização. Esta encaminhou um e-mail ao sindicato, sem resposta até o momento da auditoria. Em diálogo com os gestores da organização a empresa manifesta considerar um abandono dos serviços por parte da EPS após negociação de ajustes financeiros anuais. O contrato está em vigência e a empresa encaminhou uma comunicação formal para a EPS regressar ao serviço. Devido ao curto tempo do ocorrido, a organização aguarda posicionamento da EPS sobre o retorno às atividades e definição sobre as ações que serão tomadas para os trabalhadores que estavam prestando serviços nas atividades de transporte da organização. Entre outras ações, a organização vem procurando a contratação dos trabalhadores dispensados pela nova EPS contratada. O Imaflora irá acompanhar os encaminhamentos futuros relativos a esta reclamação, em especial com relação aos direitos dos trabalhadores envolvidos.

Comentário: desmobilização de uma equipe de trabalho “*compartilhada*” entre a organização e Eucatex e ausência dos pagamentos das verbas rescisórias dos trabalhadores terceirizados.

Resposta Imaflora:

Foram conduzidas entrevistas com representantes do sindicato dos trabalhadores e com gestores da organização. Em diálogo com representantes dos trabalhadores foi informado que no início de 2017 uma equipe de trabalho da atividade de silvicultura que prestavam serviços para a Eucatex foi desmobilizada. Devido ao processo de valência a EPS Tramaterria, o responsável não arcou com o pagamento das verbas rescisórias dos trabalhadores. O Sindicato moveu um processo judicial contra a Eucatex e Suzano, por entender que a equipe de trabalho, ao longo dos 20 anos de atuação, também havia prestado serviços para a organização. Após a primeira audiência a Eucatex fez um acordo para pagamento dos débitos das verbas rescisórias, ficando um débito referente ao período de 2-6 anos os quais alegam ser referente ao período de trabalho na organização. O processo judicial está em trâmite. Em consulta aos gestores da organização foi informado que a organização não reconhece os trabalhadores como atuantes no seu manejo. Foi evidenciado nas consultas realizadas com sindicato e organização que a EPS Tramaterria mantinha uma equipe exclusiva de silvicultura para organização, a qual foi desmobilizada no início de 2017. Para esta equipe, a organização realizou a notificação prévia aos trabalhadores; proveu o pagamento das verbas rescisórias; e adicionalmente encaminhou os currículos dos trabalhadores para outras EPS empregadas por ela, que atuam na mesma atividade. O Imaflora irá acompanhar os encaminhamentos futuros relativos a esta reclamação.

Comentário: queixas sobre os impactos derivados dos aspectos de dispersão de formigas dos talhões da organização para as áreas vizinhas e barulho dos caminhões que transitam no período da noite.

Resposta Imaflora:

Na avaliação documental amostral foram verificados documentos internos, tais como: relatórios de avaliação de impactos pré atividade, matriz de impactos sociais, relatório de avaliação pós atividade e registro de ocorrências das comunidades amostradas. Na avaliação documental amostral foi identificado que o diálogo pré atividade na comunidade identificou as percepções sobre os impactos percebidos pelas comunidades, os quais foram classificados como forte e médio (proliferação de insetos – forte; tráfego de veículos – danos ao patrimônio público e risco

segurança – forte; e Geração de ruído com transporte- médio). Como medidas de prevenção e mitigação a organização prevê: 1) redução da velocidade das carretas próximo a bairros e residências 2) treinamento da equipe de motoristas nos procedimentos 3) divulgar canais de comunicação para registro de queixas e sugestões; 4) monitoramento do tacógrafo dos caminhões; 5) sensibilização dos motoristas no evento SIGA CONSCIENTE; 6) realizar colheita no sentido da bordadura para dentro da floresta. Foram verificados as apresentações e fotos do evento Siga Consciente, procedimento de colheita, e os tacógrafos nas vias das comunidades amostradas. Não foram identificadas evidências suficientes para emissão de não conformidades.

4.3. Cumprimento de relatórios de não conformidades anteriores (NCRs)

A seção a seguir descreve as atividades do empreendimento certificado visando o cumprimento de cada NCR aplicada durante auditorias anteriores. Para cada NCR solicitado são apresentadas as evidências de auditoria e a descrição de seu estado atual, em conformidade com as categorias da tabela abaixo. Falhas no cumprimento dos NCRs podem resultar na sua conversão para não conformidades maiores com prazo de cumprimento de três meses e risco de suspensão/cancelamento do certificado. A seguinte classificação é usada para indicar a situação de cada NCR:

Categorias de situação	Explicação
Encerrado	A operação cumpriu satisfatoriamente o NCR.
Aberto	A operação <u>não cumpriu</u> ou <u>cumpriu parcialmente</u> o NCR.

Marcar caso não aplicável (não há NCRs abertos a serem revisadas).

4.4. Seguintes de não conformidades anteriores

Marcar caso não aplicável (não há NCRs abertas a serem revisadas ou todos os NCRs foram encerrados durante este monitoramento anual).

4.5. Descrição de novas não conformidades encontradas (NCRs)

Uma não conformidade é uma discrepância ou falha identificada entre algum aspecto do sistema de gestão do EMF e um ou mais requisitos de certificação. Dependendo da gravidade da não conformidade, a equipe de avaliação a classifica como uma não conformidade maior ou menor.

- **Não conformidade Maior** é resultante de uma falha fundamental para atingir o objetivo do critério. Uma série de não conformidades menores em um requerimento pode ter um efeito cumulativo e ser considerada uma não conformidade maior.

- **Não conformidade Menor** é uma não conformidade não usual, temporária ou não sistemática, para a qual os efeitos são limitados.

NCR #	01/18	
Norma e Requisito		ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 2.1 d.

Seção do Relatório	Anexo III.
Descrição da não conformidade e evidências relacionadas	
<p>2.1. d) existência de procedimentos documentados para as atividades de produção de mudas, implantação, reforma, tratamentos silviculturais, abertura e manutenção de estradas, colheita e transporte do produto florestal. Estes procedimentos devem considerar recomendações para prevenir e mitigar impactos ambientais adversos.</p> <p><u>Não-conformidade:</u> A Organização não possui procedimentos e/ou instruções técnicas documentadas de forma a garantir a execução da atividade de derrubada de árvores com escavadeira hidráulica.</p> <p><u>Evidências:</u> Durante as atividades de campo verificou-se a prática de uma operação (derrubada de árvores com escavadeira hidráulica) não descrita em seus procedimentos operacionais e/ou plano de manejo.</p>	
Solicitação de ação corretiva	<p>O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima.</p> <p>Nota: ações corretivas efetivas devem focar no encaminhamento da ocorrência descrita na evidência acima, bem como eliminar e prevenir a causa principal com o objetivo de não haver a recorrência da não conformidade.</p>
Prazo para a adequação	Até o próximo monitoramento.
Evidência objetiva para finalização da NCR fornecida pelo EMF	PENDENTE.
Avaliação da eficácia da NCR	PENDENTE.
Situação do NCR	ABERTO.
Comentários (opcional)	N/A.

4.6. Observações

Observações podem ser aplicadas quando os estágios iniciais de um problema são identificados e não constituem uma não conformidade atual, mas podem se tornar uma não conformidade futura se ações não forem tomadas pelo empreendimento.

OBS # 01/18	Referência ao padrão: ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 4.4.c.
<p>Descrição das evidências encontradas: em uma única frente de carregamento realizada por cliente, foram evidenciados resíduos de embalagens dispostos inadequadamente no campo e derramamento de óleo.</p> <p>Observação: é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.</p>	

OBS # 02/18	Referência ao padrão: ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 4.4.d.
Descrição das evidências encontradas: embora a organização possua procedimentos instalados para atendimento a emergências, tais procedimentos para emergências com acidente envolvendo produtos químicos não era de conhecimento dos responsáveis em por uma frente de trabalho visitada.	
Observação: é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.	

OBS # 03/18	Referência ao padrão: ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 5.2.b.
Descrição das evidências encontradas: a organização mantém canal de diálogo com as comunidades, pessoas e grupos diretamente afetados por sua operação. Embora o canal de diálogo tenha se mostrado adequado para a complexidade da maioria das comunidades amostradas, observou-se que, no caso da comunidade próxima à Fazenda Santa Genoveva, a ferramenta não garantiu a efetiva comunicação e engajamento com a comunidade para garantir a prevenção de riscos ao manejo florestal.	
Observação: é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.	

4.7. Conclusões de auditoria

Com fundamento na análise da conformidade do manejo do EMF com relação aos princípios, critérios e indicadores, a equipe de auditoria recomenda:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Requisitos <u>atendidos</u> , manutenção da certificação recomendada. Mediante aceitação dos NCRs aplicados abaixo: NCR # 01/18.
<input type="checkbox"/>	Requisitos de certificação <u>não atendidos</u> . NCR(s) não atendido(s); suspensão requerida.
Comentários adicionais:	-
Problemas identificados como controversos ou de difícil avaliação:	-

ANEXO I – Escopo do EMF

(OBSERVAÇÃO: formulário a ser preenchido pelo cliente antes da auditoria. As informações devem ser verificadas pela equipe de auditoria).

Informações sobre o empreendimento de manejo florestal:

Nome Legal do EMF: Suzano Papel e Celulose S.A. - Unidade São Paulo.

1. Escopo do certificado

Tipo do Certificado: individual.

Certificado de grupo: Lista de Membros do grupo, se aplicável

UMF Nome/Descrição	Área	Tipo de Floresta	Localização Latitude/Longitude ¹
N/A.	N/A. ha	Plantação florestal.	N/A.

2. Informação do EMF

Zona Florestal	Tropical.
Área certificada por tipo de floresta	
- Natural	53.824,00 hectares
- Plantação	106.835,46 hectares
Margens de rios e corpos de água	N/D Quilômetros lineares

3. Classificação da área florestal

Área total certificada	168.047,89 ha
1. Total da área florestal no escopo do certificado. Total da área florestal no escopo do certificado	160.659,46 ha
a. Área de produção florestal	106.835,46 ha
b. Área florestal não produtiva	53.824,00 ha
- Áreas de proteção florestal (reservas)	53.824,00 ha
- Áreas protegidas sem operação de colheita e manejadas somente para produção de NTFP ou serviços	0,00 ha
2. Área não florestal (<i>ex., margens de rios, formações rochosas, campos, etc.</i>)	7.388,43 ha

4. Espécies e taxa sustentável de colheita

Nome científico	Nome comum / comercial	Safra atual (2017)	Safra projetada para o próximo ano
<i>Eucalyptus</i> spp.	Eucalipto	3.481.459,54 m3	3.900.000,00 m3
Total		3.481.459,54 m3	3.900.000,00 m3
Total estimado de produção anual de toras			3.900.000,00 m3
Total estimado de produção anual certificada (produtos NTFP):			0,00 m3
Lista de produtos NTFPs certificados:			N/A.

5. Trabalhadores

Número de trabalhadores (incluindo funcionários, de meio-expediente e trabalhadores temporários):

Número total de trabalhadores: 1.886 trabalhadores

¹ Considerar o ponto central do EMF ou grupo, com um máximo de 5 casas decimais.

Do total de trabalhadores acima:	1.788 homens	98 mulheres
Número de acidentes graves	0	
Número de fatalidades	0	

ANEXO II – Lista de partes interessadas consultadas

Lista de funcionários do EMF

Nome	Cargo/função	Contato	Tipo de participação
Adriano Jose de Moura	Técnico abastecimento e logística	Não disponibilizado	Entrevista
Adriano Pacheco	Mecânico	Não disponibilizado	Entrevista
Alex Donizete Soares dos Santos	Técnico de segurança do trabalho	Não disponibilizado	Entrevista e acompanhamento
Ananda Carla Aparecida Claro Rodrigues	Analista	Não disponibilizado	Entrevista
Arthur Dias Cognani	Coordenador de Silvicultura	Não disponibilizado	Entrevista
Caio Marcelo Assis da Costa	Analista de meio ambiente, sustentabilidade	caioc@suzano.com.br 11 3636-5873 11 99853-7155	Entrevista e acompanhamento
Claudia Simon de Campos	Sustentabilidade governança (COC, florestal)	claudia.campos@suzano.com.br 19.2108.3053 11.9.7515.7529 19.9.8709.0424	Entrevista e acompanhamento
Daniela Dadrino Camargo	Gerente de Contratos (Limeira - SP)	Não disponibilizado	Entrevista
Debora Romano Camilo Gonçalves	Consultor Planejamento Florestal	Não disponibilizado	Entrevista
Edeilson Martines dos Santos	Supervisor de operações florestais	Não disponibilizado	Entrevista
Edson Jagher	Supervisor de logística	Não disponibilizado	Entrevista
Everton Pires Soliman	Tecnologia Florestal	Não disponibilizado	Entrevista
Fabio Luiz Lucchetti	Analista de Contratos (Limeira - SP)	Não disponibilizado	Entrevista
Gabrielli Hambrecht Loureiro	Especialista do inventário florestal	Não disponibilizado	Entrevista

Gustavo Vianna Henning	Coordenador de Logística	Não disponibilizado	Entrevista
Heverton Bruno Sartori	Analista de planejamento	Não disponibilizado	Entrevista
Isis Yestphal de Oliveira	Analista de Sustentabilidade	Não disponibilizado	Entrevista
Ivan Labres de Oliveira	Mecânico	Não disponibilizado	Entrevista
João Batista Fontenelle	Fiscal de Campo	Não disponibilizado	Entrevista
José Carlos de Lima	Operador de Harvester	Não disponibilizado	Entrevista
Juliano Avila	Operador de Harvester	Não disponibilizado	Entrevista
Osmar Garcia de Almeida	Técnico de operações	Não disponibilizado	Entrevista
Pedro Fiori	Supervisor de operações Florestais	Não disponibilizado	Entrevista
Ricardo Alves Corrêa	Técnico de logística	Não disponibilizado	Entrevista
Sidnei Matheus	Técnico de Saúde e Segurança	Não disponibilizado	Entrevista
Wanderley Rodrigues Delgado	Operador de Harvester	Não disponibilizado	Entrevista
Wilker Fernandes Cardia	Analista de Manutenção Florestal	Não disponibilizado	Entrevista
Yugo Matsuda	Coordenador de sustentabilidade	11.3503.9299 yugomatsuda@suzano.com.br	Acompanhamento e entrevista

Lista de outros consultados

Nome	Organização	Contato	Tipo de participação	Resposta requerida ²
Acácio Rodrigues	Tecpar	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Adiel da Silva	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Alessandro Batista dos Santos	Carstram	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Alessandro Paulino	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Alicio da Silva	Carstram	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Amauri Ferreira	Riacho	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Anderson Marcelo	Tecpar	Não disponibilizado	Entrevista	Não

² Indicar se a parte interessada solicitou, formalmente (documentado), acompanhar como os seus comentários foram abordados durante a avaliação. TM deve fornecer o resumo público as partes interessadas que solicitarem formalmente (documentado) o acompanhamento de seus comentários dentro de 3 meses contados a partir da reunião de encerramento.

André Guerra	STRBTU (Botucatu -SP)	strbtu@uol.com.br	Entrevista	Sim
Aparecida Moreira	SGA	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Bruno Expedito Freitas	Comunidade Baronesa (Bofete - SP)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Caetano R de Sá Junior	Pastori Florestal	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Carlos Alexandre Lima	Pastori Florestal	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Celso Ribeiro de Almeida	Model Transportadora	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Cesar de Almeida	Tecpar	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Cicero Ramos	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Claudemir Rolim	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Claudio Ap Gaudino de Lima	Pastori Florestal	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Dalvam Aparecido Guimarães	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Dirceneu dos Santos Moreira	Pastori Florestal	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Edvaldo Aparecido Siqueira	JRM	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Elias Lopes	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Evandro de Souza Oliveira	JRM	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Everton Pires Soliman	Consultor tecnologia Florestal	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Fabício José Belei	SGA	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Fernando Gabriel Pires Ferreira	Tecpar	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Fernando Reis Silva	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Flávio Soares de Arruda	Delta	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Francisco Alves Rosa	Comunidade Baronesa (Bofete - SP)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Geraldo Naves	Sinditrans	sinditrans@bol.com.br (14) 3841-4075	Entrevista	Sim
Gilvan Pinheiro Nunes	JRM	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Henrique Augusto de Almeida	Delta	Não disponibilizado	Entrevista	Não

Isabel Paulino da Rocha	Assentamento Moraci (Agudos - SP)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Isabel Rosana Teodoro Leite	Comunidade Baronesa (Bofete - SP)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Izaque Jose dos Santos	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Jalmir Donizete de Siqueira	JRM	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Javan Esdras Barbosa da Silva	Tecpar	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Jeferson Pinto Rodrigues	Tecpar	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Joaquim Porpiro da Rocha	Assentamento Moraci (Agudos - SP)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
José Aparecido Mariano	Tecpar	Não disponibilizado	Entrevista	Não
José Carlos Batista dos Santos	Carstram	Não disponibilizado	Entrevista	Não
José do Carmo Xavier	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
José Ferreira	STRBTU (Botucatu - SP)	strbtu@uol.com.br	Entrevista	Sim
Jurandir Sabino	Carstram	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Lauro Batista	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Lauzirio Pupo Ferreira	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Leila Naves	Sinditrans	sinditrans@bol.com.br (14) 3841-4075	Entrevista	Sim
Lemias Ferreira de Souza	Tecpar	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Lucilene Tavares Neves Ferreira	EMEFEI Gabriel Tosi (Bofete - SP)	lucilene.neves402@gmail.com (14) 38831737	Entrevista	Sim
Luis Roberto da Silva	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Luiz Cosmo de Almeida	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Luiz Henrique Duarte	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Luiz Rodrigues da Silva	Delta	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Lyniker Henrique Rodrigues de Oliveira	Model Transportadora	Não disponibilizado	Entrevista	Não

Magner Fernando Alves	Tecpar	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Manoel Alves Pereira	JRM	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Manoel de Lima	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Marcio do Amaral Matos	Decarterra	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Marcio Pedroso	Buriti	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Maria de Fatima	Associação dos Assentados Camponeses Fruto da Terra Assentamento Moraci (Agudos - SP)	associaçãofrutodaterra@gmail.com (14) 99689-8139	Entrevista	Sim
Mario Benediana Triano	Comunidade Baronesa (Bofete - SP)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Marlene Delira	Comunidade Baronesa (Bofete - SP)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Matheus Gasparine Costa	Riacho	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Matheus Henrique Grandin	JRM	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Michel Cassalato Gonçalves	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Milton Martins de Andrade	Carstram	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Moises Rodrigues dos Santos	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Nilson do Nascimento	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Nilton Raimundo Camargo	Carstram	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Odair José Bueno	Delta	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Osmar do Reis Amaral	JRM	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Osmar Soares	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Ozenil Fernandes	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Paulo Renato Seki	Tover	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Paulo Sergio dos Santos	Irmãos Baccin	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Paulo Sergio Ribeiro	Decarterra	Não disponibilizado	Entrevista	Não

Pedro Amadeus de Oliveira	Delta	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Reginaldo Gonçalves	Tecpar	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Reinaldo Oliveira	Buriti	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Roberto Ursulino da Silva	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Robson Glaiser de Oliveira	Tover	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Rodrigo Ferreira Lopes	Tecpar	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Ronilson Alves de Souza	Delta	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Sergio Aparecido Donizeti Baraca	Irmãos Baccin	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Sérgio Leandro de Almeida Carvalho	Model Transportadora	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Sidney Vieira Soares	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Vagner Fernandes de Campos	Irmãos Baccin	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Valdecir da Silva	Delta	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Valdemir Fazan	JRM	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Valdomiro Pinto de Almeida	JFI	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Valmir de Oliveira	Tecpar	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Wagner Roberto Archetti	Tover	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Wesley Wallace Cardoso Abis	Tecpar	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Wilton Alves Pinto	JRM	Não disponibilizado	Entrevista	Não

ANEXO III – Conformidade aos padrões de manejo florestal

A tabela a seguir demonstra a conformidade ou não com o padrão de manejo florestal ABNT NBR 14789:2012:

P & C	Conformidade: Sim, Não, N/A. ou N/M.	Descrição do atendimento dos requisitos da norma (incluir os elementos organizacionais que foram avaliados).	NCR/OBS (#)
Princípio 1 – Cumprimento da legislação.			
1.1	-	-	-
a)	Sim.	<p>- O PMF (Atualização_PMF 2018(1)), página 50, explicita que todo o planejamento ambiental é baseado na legislação ambiental e princípios da certificação florestal. -</p> <p>- No documento “Plano de Governança Florestal 2018”, de abrangência corporativa (Encarte_geral_Plano de Governança Florestal 2018), é explicitado que, na gestão florestal, a responsabilidade dos atendimentos dos acordos internacionais, como CITES, ITTA e CDB competem à área socioambiental e os acordos da OIT são de responsabilidade da área de RH/Segurança do Trabalho, como está na página 36. No “Plano de Governança Florestal 2018”, estão apresentadas funções e competências para questões legais e a caracterização de comunidades tradicionais, entre elas as indígenas, nas atribuições inerentes à Gerência Executiva de Sustentabilidade. O documento informa, na página 30, que a organização conta com um software para monitorar a legislação de Segurança e Saúde Ocupacional, realizado por empresa especializada em assuntos jurídicos.</p> <p>- A organização estabeleceu o procedimento “REQUISITOS LEGAIS, AMBIENTAIS E OUTROS”, de 06/06/2017, revisão 2.0 (PPG.01.00100_REQUISITOS LEGAIS E OUTROS), contando com o suporte de consultoria externa para levantamento, identificação e avaliação da aplicabilidade das leis e regulamentos ao negócio que desenvolve. Nesse procedimento é atribuído à cada unidade a definição para verificação da legislação municipal.</p> <p>- Na auditoria de campo e nas entrevistas não foram identificadas fragilidades na elaboração de procedimentos de identificação da legislação e de regulamentos aplicáveis na implantação e manejo florestal.</p>	N/A.
b)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
1.2	-	-	-
a)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
b)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.

c)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
d)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
e)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
1.3.	-	-	-
a)	Sim.	<p>A organização possui sistema de monitoramento interno para assegurar o cumprimento das questões previdenciárias dos trabalhadores próprios e terceiros, conforme estabelecido na legislação trabalhista em vigor. A atividade de monitoramento é realizada pela consultoria Destra Gestão de Terceiros. O sistema monitora mensalmente os pagamentos da Previdência Social, GPS, INSS, FGTS, entre outros aspectos, por meio dos documentos comprobatórios de quitação. Quando identificado uma não conformidade é encaminhado uma notificação para a EPS prazo de 48 horas para envio da documentação pendente. Na avaliação documental amostral foi identificado um prestador de serviço com atraso no pagamento do INSS e FGTS (competência dezembro de 2017), os quais foram quitados posteriormente (Relatórios de Fechamento Mensal Três Primos e Tecpar; Notificação Entrega de Documentos Mensais Trabalhistas – Tecpar; Passivo Mensal Resumo anual; INSS 12-2017, FGTS 12-2017 Tecpar).</p>	N/A.
b)	Sim.	<p>A organização possui sistema de monitoramento interno para assegurar o cumprimento das cláusulas de acordos e convenções coletivas vigentes aplicáveis aos trabalhadores das suas EPS. A atividade de monitoramento é realizada pela consultoria Destra Gestão de Terceiros. As EPS encaminham os documentos comprobatórios mensalmente no que tange os benefícios aos trabalhadores: horas in itinere, planos de saúde, cesta básica e prêmio de produtividade. Quando identificado uma não conformidade é encaminhado uma notificação para a EPS prazo de 48 horas para envio da documentação pendente (Painel de acordos coletivos; Tecpar Monitoramento Mensal e Painel de Acordo).</p> <p>A empresa de consultoria também avalia o cumprimento dos demais aspectos legais exigidos para os trabalhadores terceirizados, tais como: ASO, Cartão de Ponto, Folha de Pagamento, GPS, GRRF, Recibo e aviso de férias, Pagamento de Salários, e Termo de Rescisão de contrato (Relatórios de Fechamento Mensal Três Primos e Tecpar; Notificação Entrega de Documentos Mensais Trabalhistas – Tecpar; Passivo Mensal Resumo</p>	N/A.

		<p>anual).</p> <p>O monitoramento do cumprimento da legislação de saúde e segurança ocupacional é realizado pelo Sistema de Saúde Ocupacional e Meio Ambiente (SSOMA), aplicado mensalmente pelos técnicos de saúde e segurança da organização, sendo aplicável aos seus trabalhadores próprios e suas EPSs. O checklist avalia: PPRA; PCMSO; ASO; treinamentos obrigatórios e treinamentos mínimos exigidos pela organização; SESMET; SESTR; CIPA; CIPATR; SIPAT, SIPATR; Análise Prévia de Risco (APR), registro análise e estatísticas de Acidentes, Atendimento de Emergência; Abastecimento de Veículos; alimentação e água; condições sanitárias das bases de apoio e alojamento; uso e disponibilização de EPIs; condições de máquinas e de veículos de transporte dos trabalhadores; condições ergonômicas do trabalho, entre outros (SSOMA Castran e SSOMA FM Model). Quando identificadas não conformidades são geradas notificações às EPS e elaborados planos de ação com identificação de causa, responsáveis e tratativa. O Plano é acompanhado por meio da ferramenta Gerenciamentos de Incidentes e Desvios - GID (Ato Faltoso 09 – Castran; ID Ocorrência 131144 - Castran).</p>	
c)	Sim.	<p>A organização apresentou evidências documentadas a saber:</p> <p>Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, do qual consta a declaração de que a empresa encontra-se em situação regular (CERTIDÃO DE FGTS), emitido em 19/04/2018, pelo site da Caixa Econômica.</p> <p>CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, emitido pela Secretaria da Receita Federal, com declaração de que o documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa, (CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS) emitido em 19/04/2018, via acesso ao site da receita federal.</p> <p>CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS COM EFEITO DE NEGATIVA, emitida pela Justiça do Trabalho, do Poder Judiciário (CERTIDÃO TRABALHISTA), em 19/04/2018.</p>	N/A.
d)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
e)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
Princípio 2 – Racionalidade no uso dos recursos florestais a curto, médio e longo prazos, em busca da sua sustentabilidade.			

2.1	Não	NCR apontada no indicador 2.1.d.	NCR # 01/18
a)	Sim.	<p>A organização apresentou uma pasta contento as planilhas de avaliação de impactos ambientais. As planilhas estão formatadas em forma de uma matriz, onde caracterizam os aspectos e impactos ambientais e fazem a avaliação detalhada para cada atividade.</p> <p>Na própria planilha são citados os procedimentos pertinentes para orientação das medidas de controle e mitigação de impactos.</p> <p>Apresentou os relatórios de ocorrências ambientais e comparativos entre os anos de 2017 e 2018. Também apresentou relatórios de avaliação e monitoramento pós operações, sobre a determinação de riscos ambientais.</p>	N/A.
b)	Sim.	<p>A organização utiliza quase que em sua totalidade de área plantada o gênero <i>Eucalyptus</i> e algumas áreas com <i>Pinus</i>. São gêneros consolidados para o cultivo florestal no Brasil e na área de atuação do empreendimento.</p> <p>Possui um departamento de tecnologia florestal, onde desenvolve pesquisas para identificação das melhores espécies e melhores clones para serem implantados de acordo com os objetivos do manejo. Diante disso, foi apresentado o pacote tecnológico para 2018 e as recomendações técnicas para cada unidade da organização.</p> <p>O Programa genético da organização possui cerca de 40 anos. Para 2018 foram escolhidos 11 clones para serem implantados em escala comercial.</p>	N/A.
c)	Sim.	<p>Na auditoria de campo constatou-se bom aproveitamento dos recursos florestais produzidos. Nas operações de manutenção pós-plantio, baldeio e carregamento, não foram observadas evidências de que as técnicas de colheita estariam resultando em quebras de toras, degradação da madeira ou outros desperdícios. A organização estabeleceu no objetivo do procedimento de colheita, "Colheita de Madeira", de 27/07/2016, revisão 00 (PPG.03.00146_COLHEITA) que a operação deve "garantir a qualidade do produto e do processo".</p> <p>Está identificado pela operação e gestão florestal que, na colheita de madeira com 3,20 m de comprimento, eventuais perdas são menores do que na colheita de madeira a partir de 6,0 m de comprimento. As avaliações do volume de toras que restam em campo, pós baldeio e transporte, são conduzidas e, em função do volume baixo,</p>	N/A.

		foi possível reduzir a amostragem realizada para esse fim, como reportado na auditoria.	
d)	Não.	A Organização não possui procedimentos e/ou instruções técnicas documentadas de forma a garantir a execução da atividade de derrubada de árvores com escavadeira hidráulica durante a operação de abertura e manutenção de estradas. Durante as atividades de campo verificou-se a prática de uma operação (derrubada de árvores com escavadeira hidráulica) não descrita em seus procedimentos operacionais e/ou plano de manejo, com isso aplicou-se o NCR #01/18.	NCR #01/18
e)	Sim.	É dada atenção à geração de resíduos na colheita, sendo que o “Inventário de Resíduos” consta do item 6.5 do procedimento “Inventário Florestal”, de 20/06/2017, revisão 1.0 (PPG.01.667_Inventário Florestal). Foi verificado que o baldeio, o carregamento e o transporte de madeira estão sendo realizados com mínimas perdas de toras. Nos deslocamentos em campo, não foram observadas toras caídas pelas estradas. Em função da prática de cultivo sem utilização do fogo, eventuais toras ou partes de toras que permanecem em campo, cuja remoção representaria operação altamente onerosa e tecnicamente injustificada, gera-se material que fica sujeito aos processos de biodecomposição, o que é benéfico à conservação dos solos. A venda de biomassa a cliente, respeita cuidados em relação à manutenção de resíduos nos limites em que esse material contribui para conservação do solo.	N/A.
f)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
2.2	-	-	-
a)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
b)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
c)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
d)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
e)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
f)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
2.3	-	-	-
a)	Sim.	Uma evidência de que os resultados das pesquisas realizadas são implementadas em campo pode ser verificada com a escolha das espécies adotadas. Com base na auditoria de campo e nos resultados do inventário florestal, pode-se afirmar que o material genético escolhido é bem adaptado às condições edafoclimáticas da região, atendendo assim aos objetivos do manejo. Conforme descrito no Plano de Governança da Unidade	N/A.

		Florestal São Paulo (Plano de Manejo – UNF SP 2017), no item vantagens competitivas, as práticas silviculturais e técnicas de clonagem executadas pela organização, garantem o crescimento do eucalipto em apenas sete anos (período de crescimento significativamente menor que o da madeira de seus competidores extraída fora do Brasil).	
b)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
c)	Sim.	Durante as visitas de campos foi possível evidenciar que os monitoramentos e pesquisas são colocados em práticas. Quando necessário a organização revisa seus procedimentos, adequando as novas tecnologias e práticas.	N/A.
d)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
e)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
f)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
g)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
2.4	-	-	-
a)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
b)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
c)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
d)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
e)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
Princípio 3 – Zelo pela diversidade biológica.			
3.1	-	-	-
a)	Sim.	A empresa possui um procedimento denominado de PPG 03.00135 – Melhoramento Genético, onde estão apresentadas as estratégias de ampliação da base genética, através de testes de progênies e programas com espécies puras, hibridação e clones.	N/A.
b)	Sim.	A organização considera, em seus monitoramentos, características como zona climática, tipo de solo, textura do solo, altitude e relevo. O programa de melhoramento genético da empresa está estabelecido a cerca de 40 anos de estudos. Um novo material genético para ser utilizado em escala comercial, desde o início dos testes até a sua liberação, atualmente está em 2,5 ciclos. As espécies/clones plantadas pela organização demonstram, pelo crescimento e vigor aparente, estarem adaptadas às condições de solo e clima nas regiões de atuação. O procedimento “PPG.03.00135 – Melhoramento Genético, 30/06/2016” fornece instruções para o programa de melhoramento genético florestal da organização, que	N/A.

		busca obter plantios que apresentem ganhos significativos de produtividade, uniformidade e qualidade de madeira, permitindo à empresa se diferenciar positivamente no mercado mundial.	
c)	Sim.	Como avaliação contínua do material genético, há uma reunião anual de SGS (Sistema de Gestão de silvicultura), onde o melhorista faz uma apresentação para a equipe de pesquisa e para a equipe operacional de silvicultura para discutir quais materiais genéticos serão selecionados para utilização em plantios comerciais no ano seguinte. A última reunião realizada foi em maio de 2017 e decidiu pela utilização de 11 clones, entre clones usuais e novos, para o ano de 2018.	N/A.
d)	Sim.	A organização não possui áreas com plantios de OGM. Outra empresa do grupo possui pesquisas sobre este tema e possui todas as autorizações da CTNbio, para os materiais estudados.	N/A.
3.2	-	-	-
a)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
b)	Sim.	O delineamento dos plantios florestais da organização é intercalado pelos remanescentes naturais, como áreas de preservação permanentes e florestas nativas em diferentes estágios de conservação. As visitas de campo e a análise dos mapas de uso do solo comprovam que os talhões de plantios comerciais estão na maioria das vezes margeados pela vegetação nativa. Há o planejamento antes do plantio, com a definição de espécies, sistema de plantio, utilização da área, colocação de estradas e alinhamento de plantio. Em campo, foi observado o respeito deste planejamento em relação aos remanescentes naturais.	N/A.
c)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
d)	Sim.	A organização apresentou o procedimento CEDOC SZO-10062, que trata do Plano de proteção, conservação e monitoramento das áreas de alto valor para conservação ambientais e sociais. Identifica como ameaças os seguintes aspectos: <ul style="list-style-type: none"> • Incêndios; • Furto de Madeira; • Invasão de Espécies Exóticas; • Caça e pesca predatória; • Manejo inadequado das áreas confrotantes; • Desmatamento; 	N/A.

		<ul style="list-style-type: none"> • Presença de animais domésticos; • Danos patrimoniais e depredação; • Danos operacionais; • Indisponibilidade hídrica; • Perda de acesso a recursos e valores culturais. • Exploração ilegal de espécies nativas. <p>Como medidas de proteção, a organização possui uma estrutura de inteligência patrimonial, utiliza placas de sinalização e advertência, planejamento de estradas, controle de acesso às áreas, programa de combate a incêndios e orientações de cuidados ambientais.</p>	
e)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
f)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
g)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
h)	Sim.	<p>Em entrevista com os responsáveis pelo manejo florestal, foi evidenciado que a maior parte dos plantios pós 2010 são em áreas de reforma, onde já eram plantios consolidados anteriormente.</p> <p>Também evidenciado que nos últimos anos não houve inclusão de novas áreas no escopo da certificação.</p> <p>Não foram evidenciadas situações de conversão de áreas naturais em plantios comerciais.</p> <p>A organização apresentou a lista de todas as fazendas adquiridas após o ano de 2009 e as análises multitemporal para as fazendas: Cerrado, Currálinho, Fortaleza, Guarujá, Ibiti, Regina I, Santa Genoveva, Santa Rosa, São Francisco, Santa Isabel e São João do Bom Retiro.</p>	N/A.
i)	Sim.	Embora novas áreas não tenham sido inseridas nos últimos monitoramentos, em entrevistas com os responsáveis pelo manejo, existe a possibilidade de recuperação de aquisição e arrendamentos de áreas para a formação de plantios florestais em áreas outrora utilizadas para cultivos agrícolas e ou pecuária.	N/A.
3.3	-	-	-
a)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
b)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
c)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
d)	Sim.	<p>Conforme entrevista com o responsável pela Tecnologia Florestal, explicou os experimentos utilizados visando a diminuição de químicos.</p> <p>Em 2017, a organização teve 37% da área sem a necessidade de combate com formicida em 28.767,70ha,</p>	N/A.

		<p>além disso em 14% da área (11.259,15ha) o combate ocorreu pontualmente nas bordas das UPs, desta forma se evidencia o uso racional do insumo apenas onde a praga ocorre.</p> <p>Nas áreas onde necessita combate na fase de manutenção, equipes de campo realizam o combate onde a praga foi detectada pelo monitoramento. A aplicação sistemática da isca com sufluramida ocorre apenas na fase pré-plantio numa fase onde os danos são potenciais devido a perda da muda, porém o consumo anual de produtos de 2,74 e 2,09Kg/ha em 2016 e 2017, respectivamente demonstra a utilização de maneira racional e dentro da média nacional de 2 a 4Kg/ha.</p>	
e)	Sim.	<p>A organização adota as seguintes medidas para prevenção de pragas e doenças:</p> <p>Praticas silviculturais preventivas: busca por meio do seu programa de melhoramento genético a melhor adequação clonal dos seus clones, otimizando assim estresses fisiológicos e tendo o retorno esperado na produção de madeira. Sendo assim, essa seleção de espécies adaptadas já ocorre, mas as formigas são agressivas em praticamente todos agroecossistemas onde se tem plantios.</p> <p>Resistência: ainda não há um eucalipto resistente a formiga, acredita-se que no futuro com os adventos em biotecnologia poderá ser desenvolvido.</p> <p>Controle genético e cultural: evidências do compromisso ambiental são reforçados e atestados anualmente com a manutenção da certificação florestal. Mesmo proporcionando zonas de unidades de conservação as formigas cortadeiras continuam ocorrendo pois se trata de um inseto com elevado potencial biótico, ou seja, são insetos sociais, com elevada longevidade e alta taxa de reprodução.</p> <p>Após uma revoada (aproximadamente 4.000 fêmeas e 30.000 machos), 99,5% das novas rainhas que irão formar colônias morrem e apenas 0,5% conseguem formar um novo ninho (aproximadamente 200 ninhos), entretanto esse 0,5% é uma quantidade relevante pois após 2 a 3 anos estes 200 ninhos estarão maduros para realizar uma nova revoada gerando 40.000 novos ninhos de formigas. O controle biológico e cultural já ocorre em 99,5% dos</p>	N/A.

		casos, entretanto devido características do inseto o surto ocorre mesmo assim sendo necessário estratégias químicas de combate.	
3.4	-	-	-
a)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
b)	Sim.	Os monitoramentos dos impactos ambientais são realizados conforme definido em seus procedimentos operacionais (PPG.01.00104 - Incêndios – PPG 08.00020 – Manutenção Viária - PPG.01.00197 – revisão 0.0 – Plano de monitoramento hídrico ambiental, entre outros) e de acordo com o plano de avaliação e monitoramento de aspectos e impactos socioambientais das operações florestais (PPG 01.02.2018 – Ver 1.0). O acompanhamento dos monitoramentos foi avaliado e ocorre mensalmente conforme relatório de acompanhamento das ocorrências Ambientais - Março 2018 - SZO – 10522. Além dos monitoramentos e acompanhamentos mensais a organização realiza monitoramentos pré e pós operação conforme documentos apresentados: Levantamento Impactos Pré – Fazenda Ibiti. Levantamento Impactos Pré – Fazenda Boa Vista II. Fazenda Ibiti – Pós Operação – ROT – 2017 – 012. Fazenda Boa Vista II – Pós Operação – ROT 2016 – 023.	N/A.
c)	Sim.	- A organização comunica a incorporação de resultados de levantamentos e inventários no plano de manejo no documento “Plano de Governança Florestal 2018”, de alcance corporativo e para a unidade do Estado de São Paulo (Encarte_geral_Plano de Governança Florestal 2018), informando que é feita a análise de resultados do ano anterior, como consta no item “Nossos principais resultados 2017”, na página 19. - O “Plano de Governança Florestal 2018”, informa a continuidade, desde 2009, do programa de recuperação de áreas degradadas que atinge aproximadamente 2.580 ha, como citado na página 44. Nesse documento é informada a realização de levantamento e monitoramentos de fauna e flora, com o estabelecimento de 3 áreas com AAVC no Estado de São Paulo, conforme página 46. A organização busca o modelo de manejo por mosaicos, informação da página 48. - No documento “Plano de Governança Florestal – Unidade Florestal São Paulo 2018” (Atualização_PMF 2018(1)), páginas 69 e 70, são informados os resultados dos levantamentos de aves e mamíferos na fazenda	N/A

		<p>Siriema II, em 2017, estando registrada a atenção da organização para a presença de espécies expostas a algum grau de ameaça e sobre a importância de fragmento de vegetação nativa na propriedade que tem conexão com a Estação Ecológica de Itirapina além da proximidade com a Serra de São Pedro e a Represa do Brôa. Conclui a organização que o fragmento tem importância para a conservação da biodiversidade em uma escala regional. Com base nos levantamentos de flora realizados na fazenda, considerando o entorno vizinho, a organização registra ter identificado potencial da regeneração natural de áreas anteriormente cultivadas com pinus. Ao analisar resultados de estudos na Fazenda Capanhão, a organização leva para o plano de manejo a informação de que nela também está em curso processo de regeneração natural em áreas que foram cultivadas com eucalipto, sendo esse aspecto favorável ao estabelecimento de um contínuo com a área do Parque Estadual da Serra do Mar. Referente aos resultados na Fazenda Vitória, observa-se que a organização insere no plano de manejo a discussão da mensuração para o parâmetro conectividade, como está na página 80. A avaliação de resultados e monitoramentos da fauna e flora motivou a organização a adotar um novo modelo de vigilância, contratando empresa especializada, como registrado na página 105.</p>		
	d)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
3.5		-	-	-
	a)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
	b)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
	c)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
	d)	Sim.	<p>A organização implementou e vem executando um programa de controle de espécies exóticas invasoras, para seus remanescentes naturais que se encontram degradados. O procedimento “PPG.01.00102 – Retirada de baixo impacto de pinus e eucalipto de áreas de preservação do Estado de São Paulo, 29/06/2016”, define os critérios para a retirada de pinus e eucalipto em APP e RL. A organização possui um TAC (TAC 001 2009), que descreve a necessidade de se adotar medidas para a recuperação destes locais como: cessar, adaptar, recompor, corrigir ou minimizar os efeitos dos danos ambientais causados pela atividade da organização, mais precisamente na retirada de exemplares dos gêneros</p>	N/A.

		botânicos de <i>Pinus</i> sp. e <i>Eucalyptus</i> sp. das APPs de corpos d'água, com o propósito de melhorar sua performance ambiental.	
3.6	-	-	-
a)	Sim.	Como medidas de proteção, a organização possui uma estrutura de inteligência patrimonial, utiliza placas de sinalização e advertência, planejamento de estradas, controle de acesso às áreas, programa de combate a incêndios e orientações de cuidados ambientais. Conta com um sistema de vigilância patrimonial formada por colaboradores próprios e terceiros.	N/A.
b)	Sim.	Além de entrevistas aos responsáveis pelo manejo e análise de procedimentos que visam a proteção das áreas, em campo também pode-se perceber a sinalização de advertência sobre presença de pessoas não autorizadas em controle de caça e pesca.	N/A.
c)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
d)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
Princípio 4 – Respeito às águas, ao solo e ao ar.			
4.1	-	-	-
a)	Sim.	A organização apresentou mapas de suas propriedades descrevendo o uso do solo e caracterização. A caracterização local consta no Plano de Governança Florestal 2018.	N/A.
b)	Sim.	A organização apresentou mapas de suas propriedades localizando seus recursos hídricos. A caracterização das bacias consta no Plano de Governança Florestal 2018.	N/A.
c)	Sim.	As plantações florestais estão dispostas em talhões produtivos, preparados e manejados para que o solo e seus nutrientes de rotações passadas sejam mantidos dentro do talhão e que não ocorra a lixiviação e perdas para estradas ou corpos hídricos. Em campo, não foram evidenciadas situações de erosões laminares significativas. A organização mantém um procedimento denominado Procedimento PPG.08.00020 – Execução e Manutenção de Obras Viárias, onde orienta a realização de estruturas para controlar o acúmulo de água e processos erosivos. Nas visitas de campo, pode-se observar uma série de estruturas e atividades para melhorar e manter as condições das estradas.	N/A.
d)	N/M.	A organização considera, em seus monitoramentos, características como zona climática, tipo de solo, textura do solo, altitude e relevo. Um novo clone ou nova espécie, para ser implantado,	N/A.

		desde o início das pesquisas até sua validação para o uso comercial, leva cerca de 2,5 ciclos de experimento.	
e)	Sim.	Os requisitos do indicador encontram-se em dois documentos, referentes ao PMF: a) “Plano de Governança Florestal 2018” (Encarte_geral_Plano de Governança Florestal 2018); b) “Plano de Governança Florestal – Unidade Florestal São Paulo 2018” (Atualização_PMF 2018(1)), este último apresentando: a) o programa “Hydrix” para monitoramento hidrológico, na página 55; b) o programa PROMAB de monitoramento de microbacias, na página 56; c) o monitoramento de ocorrências ambientais, página 64, abrangendo registros de plantas invasoras, condições de estradas e incêndios; d) monitoramento integrado de fauna e flora, página 65; e) abordagem sobre a função da UMF na paisagem, com identificação do atributo, na página 83, quando informa, por exemplo, sobre áreas de conservação de uma fazenda.	N/A
4.2	-	-	-
a)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
b)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
c)	Sim.	A organização monitora seus recursos hídricos e edáficos de acordo com os procedimentos: PPG.01.00197 – revisão 0.0 – Plano de monitoramento hídrico ambiental e PPG 08.00020 – Manutenção Viária.	N/A.
d)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
4.3	-	-	-
a)	Sim.	Para todos os produtos químicos utilizados nas operações florestais, arquivados e observados as FISPQs (ficha de informações de segurança de produtos químicos). A organização conta como procedimentos específicos para manuseio, preparação e aplicação de produtos químicos.	N/A.
b)	Sim.	A organização apresentou o relatório de consumo de agrotóxico do ano de 2017 e o prévio de 2018. Neste relatório, possui detalhadamente o nome comercial do produto, o ingrediente ativo, a quantidade aplicada, a unidade, a área tratada, as razões para utilização e quantidade por hectare.	N/A.
c)	Sim.	Pelo relatório de produtos agrotóxicos utilizados em 2017 e 2018 é possível evidenciar que não há uso de produtos proibidos pela legislação nacional.	N/A.
d)	Sim.	Nas frentes de trabalho de aplicação de agrotóxicos visitadas, através da observação direta, foi observado que os trabalhadores florestais estão treinados para manusear os equipamentos e produtos químicos, assim como fazem	N/A.

		uso de todos os EPIs necessários para a realização da atividade.	
e)	Sim.	Na verificação de campo, nos locais de armazenamento de químicos e combustíveis, através da observação direta, foi evidenciado que os locais estavam adequados conforme a legislação vigente.	N/A.
f)	Sim.	Na verificação de campo, nos veículos de transporte de químicos e combustíveis, através da observação direta, foi evidenciado que os equipamentos estavam adequados conforme a legislação vigente.	N/A.
g)	Sim.	A organização apresentou os procedimentos: DCO.03.00028 - Manual de treinamento – silvicultura – aplicação de herbicida com pulverizador costal manual e o DCO.03.00052 - Manual de treinamento – silvicultura – aplicação de herbicida mecanizado. Em campo, pode-se observar as duas atividades sendo realizadas de acordo com o estabelecido nos procedimentos.	N/A.
h)	Sim.	No item 3, de cada um dos procedimentos DCO.03.00028 - Manual de treinamento – silvicultura – aplicação de herbicida com pulverizador costal manual e o DCO.03.00052 - Manual de treinamento – silvicultura – aplicação de herbicida mecanizado, é apresentado como deve ser realizada a manutenção dos equipamentos utilizados para a aplicação de agrotóxicos.	N/A.
i)	Sim.	A organização apresentou o procedimento PPG.0100099, revisão 2, de fevereiro de 2018, denominado de Programa de Gerenciamento de Resíduos – PGR. Este programa possui o objetivo de gerenciar todos os resíduos gerados nas florestas e dispor de orientações para identificar, segregar, acondicionar, coletar, transportar e dispor os resíduos das operações.	N/A.
j)	Sim.	A organização apresentou o relatório de consumo de adubos do ano de 2017. Neste relatório, possui a formulação do adubo, a fase de utilização, a atividade (adubação de base ou cobertura), a área aplicada, a quantidade de insumo utilizado e a dosagem real de quantos quilos por hectare foram necessários.	N/A.
4.4	-	-	-
a)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
b)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
c)	Sim.	Em uma única frente de carregamento realizada por cliente, foram evidenciados resíduos de embalagens dispostos inadequadamente no campo e derramamento de óleo, aplicando-se a OBS #01/18.	OBS #01/18
d)	Sim.	Embora a organização possua procedimentos instalados	OBS #02/18

		para atendimento a emergências, tais procedimentos para emergências com acidente envolvendo produtos químicos não era de conhecimento dos responsáveis em por uma frente de trabalho visitada. Devido a isso, foi gerada a OBS #02/18.	
e)	Sim..	A organização possui um programa para monitorar e controlar as emissões gasosas de seus veículos e equipamentos florestais movidos a óleo combustível (POP 03.00198 – Ver. 2.0 de 26 de julho de 2017. O monitoramento é realizado semestralmente pela organização.	N/A.
Princípio 5 – Desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere a atividade florestal.			
5.1	-	-	-
a)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
b)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
c)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
d)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
e)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
f)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
g)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
h)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
i)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
j)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
5.2	-	-	-
a)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
b)	Sim.	A organização estabelece como principal canal de diálogo com as comunidades, pessoas e grupos diretamente afetados o telefone 0800 (Suzano Responde) e o relacionamento, não sistemático, dos trabalhadores atuantes no manejo florestal com os vizinhos da área de manejo (Suzano em Campo). Nas entrevistas conduzidas com as partes afetadas observou-se que embora o canal de diálogo tenha se mostrado adequado para a complexidade da maioria das comunidades amostradas, em casos específicos, de maior complexidade, a ferramenta não garante a efetiva comunicação e engajamento com a comunidade. A organização mantém canal de diálogo com as comunidades, pessoas e grupos diretamente afetados por sua operação. Embora o canal de diálogo tenha se mostrado adequado para a complexidade da maioria das comunidades amostradas, observou-se que, no caso da comunidade próxima à Fazenda Santa Genoveva, a ferramenta não garantiu a efetiva comunicação e engajamento com a comunidade	OBS #03/18

		para garantir a prevenção de riscos ao manejo florestal, aplicando-se a OBS #03/18.	
c)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
d)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.